

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.723 - RO (2019/0256715-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO FERREIRA CAMPOS - RO003250**  
                  **CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO003861**  
                  **BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA - RO004982**  
                  **MIRIANI INAH KUSSLER CHINELATO - DF033642**  
                  **LUCIANA SALES NASCIMENTO - RO005082**  
                  **ARI BRUNO CARVALHO DE OLIVEIRA - RO003989**  
**RECORRIDO** : **R Q DE S - POR SI E REPRESENTANDO**  
**RECORRIDO** : **D R DA S - POR SI E REPRESENTANDO**  
**RECORRIDO** : **G R DE S (MENOR)**  
**RECORRIDO** : **G R DE S (MENOR)**  
**RECORRIDO** : **C G R DE S (MENOR)**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E AMBIENTAL. 1. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. 2. INSTALAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. DANO AMBIENTAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 618/STJ. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela Santo Antônio Energia S.A., com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (e-STJ, fl. 59):

Agravo de instrumento. Nulidade da decisão. Ausência de fundamentação. Decisão sucinta. Preliminar afastada. Hidrelétrica. Dano ambiental. Inversão do ônus probatório.

Com efeito, todas as decisões judiciais devem estar devidamente fundamentadas, ainda que de forma sucinta, conforme dispõe o artigo 93, inciso IX, CF/88, sob pena de nulidade. Contudo, não se confunde decisão sucinta com decisão sem fundamentação. A decisão sucinta, mas que indica os motivos desta é válida, sendo incabível a declaração de nulidade.

Havendo a constatação de eventual dano ao meio ambiente, é possível a inversão do ônus da prova para atribuir à empresa o dever de demonstrar que a sua atividade não é a sua causadora.

Nas razões do recurso, a recorrente alega a existência de divergência jurisprudencial e a violação aos arts. 11, 373, I e II, e 489 do CPC/2015; 93, IX, da CF/1988.

Defende a nulidade da decisão agravada, em virtude da deficiência na fundamentação.

Afirma ser descabida a inversão do ônus da prova, uma vez que a obrigação de comprovação da veracidade do fato constitutivo do direito pleiteado pertence aos autores da demanda, ora recorridos.

Sustenta não ser aplicável o princípio da precaução nas causas ambientais de natureza patrimonial.

Assevera não haver demonstração da verossimilhança para justificar o reconhecimento da necessidade de redistribuição do ônus da prova.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 107).

Decisão de admissibilidade às fls. 108-110 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Observa-se que é inviável, em recurso especial, a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais, sob pena de se usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

Nas razões do apelo excepcional, a recorrente defendeu a deficiência na fundamentação, alegando que o Tribunal local deixou de explicitar quais os motivos que o fizeram concluir pela necessidade de inversão do ônus da prova.

Ocorre que, nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Desse modo, tendo o Tribunal *a quo* motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há que se afirmar que a Corte estadual apresentou deficiência na fundamentação apenas pelo fato de ter o aresto impugnado decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. COTAS CONDOMINIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMÓVEL ARREMATADO EM HASTA PÚBLICA. INFORMAÇÃO NO EDITAL ACERCA DA EXISTÊNCIA DE DÉBITOS CONDOMINIAIS. CARÁTER 'PROPTER REM' DA OBRIGAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. SUCESSÃO NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. CABIMENTO.

1. Controvérsia em torno da possibilidade de inclusão do arrematante no polo passivo da ação de cobrança de cotas condominiais na fase cumprimento de sentença.

2. Em recurso especial não cabe invocar ofensa à norma constitucional.

3. Os arts. 204 e 206, § 5º, I, do CC não contêm comandos capazes de sustentar a tese recursal, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.

4. Não há violação aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II e § único, II, do CPC quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

5. Em se tratando a dívida de condomínio de obrigação "propter rem", constando do edital de praça a existência de ônus incidente sobre o imóvel, o arrematante é responsável pelo pagamento das despesas condominiais vencidas, ainda que estas sejam anteriores à arrematação, admitindo-se, inclusive, a sucessão processual do antigo executado pelo arrematante.

6. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1672508/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ROMPIMENTO DE CABOS DE FIBRA ÓPTICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 489, § 1º, INCISO IV, do CPC DE 2015. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE

FUNDAMENTADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. "Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1401383/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

Analisando os autos, verifica-se que o acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado quando reconhece a necessidade de redistribuição do ônus da prova.

Logo, não há se falar em violação aos arts. 11 e 489 do CPC/2015.

Em relação à inversão do ônus da prova para comprovação da responsabilidade pelo dano ambiental, o Tribunal de origem expôs os seguintes argumentos (e-STJ, fls. 55-56):

O § 1º do art. 373 prevê a possibilidade do juiz modificar a atribuição dos ônus probatórios, por decisão fundamentada, nos casos em que haja previsão legal ou "diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo" probatório que em regra lhe caberia, "ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário".

(...)

Extrai-se, dessa maneira, que a análise deve ser pontual, em relação a cada ponto controvertido, não de forma irrestrita.

A decisão agravada atribuiu integralmente à agravante o ônus probatório, fixando como pontos controvertidos: a) a ocorrência de alagação do imóvel dos autores (total ou parcial); b) se os autores permaneceram no imóvel após a cheia noticiada na inicial; c) se os autores possuem a posse ou propriedade da área onde residem;

d) a configuração de responsabilidade civil da requerida por eventual prejuízo aos autores por não poderem gozarem do imóvel (total ou parcialmente); e) a ocorrência de dano material e; f) a ocorrência de dano moral.

Interpretando sistematicamente as normas atinentes ao direito ambiental e as do Código de Processo Civil em vigência - teoria do diálogo das fontes -, entendo não ser medida justa a simples inversão do ônus da prova, irrestritamente, razão pela qual passo a analisar sua distribuição no presente caso.

No que se refere à demonstração da conduta da agravante em

relação à construção da Usina Hidrelétrica, como eventual causadora de poluição e degradação do meio ambiente, a produção das provas lhe é de mais fácil acesso, cabendo-lhe, outrossim, o dever de comprovar que a sua atividade não é responsável pelo dano, razão pela qual mostra-se correta a inversão sobre esse prisma, devendo ser mantido o ônus da agravante quanto aos pontos controvertidos relacionados nos itens “a”, “b” e “d”.

(...)

Do citado trecho, depreende-se que o Tribunal local entendeu, com base no exame do caso concreto, ser necessária a redistribuição do ônus da prova, em virtude de considerar a recorrente mais acessível às provas necessárias para comprovação dos danos ambientais provenientes da instalação da usina hidrelétrica.

Conforme a jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, o princípio da precaução possibilita ao julgador a inversão do ônus da prova para fins de atestar a relação existente entre a conduta praticada e os possíveis danos ao meio ambiente.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar, na espécie, no óbice contido na Súmula nº 7/STJ, haja vista que os fatos já restaram delimitados nas instâncias ordinárias, devendo ser revista nesta instância somente a interpretação dada ao direito para a resolução da controvérsia. 3. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, sendo irrelevante, na hipótese, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.

4. O princípio da precaução, aplicável ao caso dos autos, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos ao meio ambiente e, por consequência, aos pescadores da região.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1311669/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe

06/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO AMBIENTAL. BAÍA DE GUANABARA. LEGITIMIDADE ATIVA E PROVA SUPLEMENTAR AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. ÔNUS PROBATÓRIO. INVERSÃO. PRECEDENTE. DESCONSTITUIÇÃO DA PROVA EMPRESTADA E NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA SUPLEMENTAR. ANÁLISE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. Tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova. Precedente.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015)

O tema foi inclusive sumulado por esta Corte Superior no enunciado da Súmula 618/STJ, conforme abaixo mencionado:

A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.

(Súmula 618, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/10/2018, DJe 30/10/2018)

Dessa forma, constata-se que o posicionamento adotado pelo Tribunal estadual encontra-se em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, concluindo a instância ordinária que a recorrente possui facilidades no acesso às provas necessárias para comprovação do dano ambiental, não há como este Tribunal Superior modificar tais argumentos, ante a necessidade de revolvimento de fatos e provas, vedado pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator